

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

I - APRESENTAÇÃO

Este Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto, reflete o compromisso da Universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia. A adesão de outras Instituições de Ensino Superior significa adesão a esses princípios, objetivos e diretrizes.

O Plano não pretende subtrair das universidades a capacidade de decidir sobre seus programas de Extensão Universitária. Tendo sido elaborado em debate aberto, representa o pensamento de grande parte das comunidades universitárias brasileiras. Reconhece a autonomia da Universidade e apresenta propostas, orientadas por valores civilizatórios.

A Extensão Universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à Universidade Brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da Sociedade. Nos dez anos de existência do Fórum, com uma nova Constituição, uma nova LDB e com o Plano Nacional de Educação, seus conceitos amadureceram, seus instrumentos foram aperfeiçoados, e suas principais dificuldades foram afastadas. Assim é que no Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras elaborou-se o Programa Universidade Cidadã, em que foram definidos oito eixos temáticos considerados áreas importantes de atuação para o momento em que vivemos e em que as universidades já trabalhavam atendendo a demandas da Sociedade. O programa Universidade Cidadã foi o ponto de partida para a produção deste Plano Nacional.

As Universidades Públicas Brasileiras são instituições criadas para atender às necessidades do país; estão distribuídas em todo o território nacional; em toda a sua existência sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político da Nação e são espaços privilegiados para a produção e acumulação do conhecimento e a formação de profissionais cidadãos. Por isso, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras propõe a participação dessas universidades nas discussões, elaboração e execução de políticas públicas que tenham a Cidadania e o Cidadão como suas principais referências.

II - ANTECEDENTES

A Universidade Brasileira surgiu tardiamente, na primeira metade do século XX, pela união entre Escolas Superiores Isoladas criadas por necessidades práticas do Governo, por carências sentidas pela Sociedade ou como resultado de avaliação sobre um potencial existente em uma ou outra área.

Foi também no início do século que as conferências tidas como "lições públicas" começaram a ser oferecidas pela Universidade de São Paulo, caracterizando a tomada de consciência da Instituição para essa necessidade de difundir o conhecimento ali acumulado.

De qualquer modo, esses fatos colocam as Universidades brasileiras, a partir de sua história, muito próximas das comunidades que lhes deram origem.

No fim dos anos 50, início dos anos 60, os estudantes universitários brasileiros, organizados na União Nacional dos Estudantes (UNE), empreenderam movimentos culturais e políticos reconhecidos como fundamentais para a formação completa das lideranças intelectuais de que carecia o país. Estavam assim definidas as áreas de atuação Extensionista, antes mesmo que o conceito fosse formalmente definido.

O fortalecimento da sociedade civil, principalmente nos setores comprometidos com as classes populares, em oposição ao enfraquecimento da sociedade política, ocorrido na década de 80, em especial nos seus últimos anos, possibilita pensar a elaboração de uma nova concepção de Universidade, baseada na redefinição das práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão até então vigentes.

Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão; de função inerente à Universidade, a Extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, que organiza, assessorando, os movimentos sociais que estavam surgindo.

A institucionalização passava a ser perseguida, só que em sua dimensão processual, envolvendo toda a Universidade e não mais através de programas concebidos fora do espaço acadêmico. Pelo ensino se encontrariam formas de atender a maioria da população através de um processo de Educação Superior crítica, com o uso de meios de educação de massa que preparassem para a cidadania com competência técnica e política. A pesquisa, tanto a básica quanto a aplicada, deveria ser sistematicamente direcionada ao estudo dos grandes problemas, podendo fazer uso de metodologias que propiciassem a participação das populações na condição de sujeito e não na de meros espectadores.

Esse tipo de Extensão, que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais), já apontava para uma concepção de Universidade na qual a relação com a população passava a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica.

Dentro desses balizamentos, a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados: acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.

O reconhecimento legal da atividade acadêmica, sua inclusão na Constituição, a organização do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras no fim da década de 80, deram à comunidade acadêmica as condições e o lugar para uma conceituação precisa da Extensão Universitária assim expressa no I Encontro do Fórum:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

A conceituação assumida pelos Pró-reitores expressa uma nova postura da Universidade diante da Sociedade em que se insere. A sua função básica de produtora e de socializadora do conhecimento, visando à intervenção, na realidade, possibilita acordos e ação coletiva entre Universidade e população. Por outro lado, retira o caráter de terceira

função da Extensão, para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada aos problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta.

Ao se afirmar que a Extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários, assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das Universidades.

Ao reafirmar o compromisso social da Universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a Extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a Universidade, em suas atividades de Ensino e Pesquisa, com as demandas da Sociedade.

Com relação à Pesquisa, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na Universidade com setores da sociedade. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/comunidade, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisados e pesquisadores, visando a criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, onde a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

Quanto ao Ensino, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi/inter/transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

O estágio curricular é alçado como um dos instrumentos que viabilizam a Extensão enquanto momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo ser obrigatório para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível, e estar integrado a projetos decorrentes dos departamentos e à temática curricular, sendo computado para a integralização curricular de docentes e discentes.

Fica claro que a Extensão só se concretizará, enquanto prática acadêmica, quando for discutida a sua proposta de ação global, e sua inserção institucional nos departamentos, definindo as suas linhas de Ensino e Pesquisa em função das exigências da realidade.

É importante ressaltar que a intervenção na realidade não visa levar a Universidade

a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tanto científicos e tecnológicos quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja: a compreensão da natureza pública da Universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, frequentar seus cursos regulares.

Assumir mais veementemente a posição de uma Universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população requer uma retomada de alguns princípios básicos presentes na plataforma política da Extensão Universitária desde 1987.

III - PRINCÍPIOS BÁSICOS

- a Ciência, a Arte e a Tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- a Universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à Sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa Sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem das suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- a Universidade deve participar em todos os movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- a ação Cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas Pesquisas;
- a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre esta realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visam a transformação social;
- a atuação junto ao sistema de Ensino Público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da Educação Básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da Cidadania.

Assim, têm-se hoje como princípio que, para a formação do Profissional Cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a Sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar.

A Extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de Ensino e de Pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do Profissional Cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

A partir dessas premissas é que se considera a atividade de Extensão, pelo potencial da comunidade universitária (professores, alunos, técnicos), um instrumento incomparável de mudança nas próprias instituições onde se desenvolvem e nas Sociedades onde essas instituições estiverem inseridas.

Resultado dessas reflexões é que se considera importante consolidar essa prática dentro das Instituições de Ensino, o que possibilitará a constante busca do equilíbrio adequado entre as demandas que lhe são socialmente exigidas e os saberes e as inovações que surgem do trabalho de seus professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos.

Este Plano Nacional de Extensão Universitária, além do significado para o desenvolvimento das Instituições Acadêmicas, é importante também porque permite:

- a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes Universidades brasileiras;
- a garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;
- o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã;
- a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país.

IV - OBJETIVOS

- Assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas urgentes da sociedade recebam atenção produtiva por parte da universidade;

- Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do Caráter Nacional e de suas manifestações regionais;
- Criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;
- Dar prioridade às práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais emergentes, como as relacionadas com as áreas de Educação, Saúde, Habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;
- Enfatizar a utilização da tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a Educação Continuada e a Distância;
- Estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade;
- Inserir a Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentado como componentes da atividade extensionista;
- Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país;
- Reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de Extensão Universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade;
- Valorizar os Programas de Extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional.

V - METAS

Para a consecução dos objetivos acima, é necessário estabelecer metas no sentido da organização da própria atividade de extensão universitária, simultaneamente com as metas ligadas à articulação com a sociedade.

1. Da organização da Extensão Universitária:

- Consolidação do Sistema de Informações sobre Extensão Universitária, através da implantação de Banco de Dados Interrelacional, em até dois anos;
- Inclusão das Instituições de Ensino Superior Públicas à Rede Nacional de Extensão (RENEX), no máximo em um ano;
- Elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das Universidades Brasileiras a ser apoiado e financiado pela Secretaria de Ensino Superior do MEC, no prazo de um ano;
- Implementação de Programa de Avaliação de Extensão Universitária nas IES, em até três anos;
- Definição de linhas prioritárias de Extensão nos planos estratégicos e de desenvolvimento institucional das Universidades, em até um ano;
- A adoção de indicadores quantitativos e qualitativos de Extensão na avaliação do desempenho docente, das unidades acadêmicas, nas análises de mérito para alocação de vagas para docentes e nas matrizes para distribuição de recursos orçamentários internos, em dois anos;
- Implantação de Programa de Extensão de Educação Continuada e a Distância, em até três anos;
- Institucionalização da participação da Extensão no processo de integralização curricular, em até quatro anos;
- Proposição e implementação de formas de apoio ao desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia, como a implantação de escritórios ou coordenações articulados com as Pró-reitorias de Extensão, em até dois anos;
- Instituição, com base no Plano Nacional, de um Programa Nacional de Fomento à Extensão, com previsão de recursos para custeio e bolsas de Extensão, em até 2 anos.

2. Da Articulação com a Sociedade:

Desenvolvimento de programas e projetos de Extensão em parcerias com as agências financiadoras, em nível nacional e internacional, ligados à:

- Ampliação da oferta e melhoria da qualidade da Educação Básica, em até três anos;
- Preservação e sustentabilidade do Meio Ambiente, em até três anos;
- Melhoria da saúde e qualidade de vida da população brasileira, em até três anos;
- Melhoria do atendimento à atenção integral à criança, adolescentes e idosos, em até dois anos;
- Participação no Programa Nacional de Educação nas áreas da Reforma Agrária através da capacitação pedagógica de monitores e coordenadores locais, em até dois anos;
- Promoção do desenvolvimento cultural, estimulando as atividades voltadas para o incentivo à leitura, turismo regional, folclore e cultura popular, em até dois anos;
- Formação de mão de obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e a capacitação de gestores de políticas públicas, em até três anos;

VI - METODOLOGIA

Este Plano Nacional se desdobrará em Planos regionais e institucionais que considerarão os seguintes eixos temáticos:

- Preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
- Promoção à saúde e à qualidade de vida;
- Educação básica;
- Desenvolvimento da cultura;
- Transferência de tecnologias apropriadas;
- Atenção integral à criança, adolescente e idoso;
- Capacitação e qualidade de recursos humanos e de gestores de políticas públicas;
- Reforma agrária e trabalho rural;

A construção dos Planos Regionais e Institucionais tomará por base a delimitação do perfil geopolítico de cada região, a indicação das demandas sociais, a conseqüente definição de programas e projetos, e terá o suporte teórico e metodológico de acordo com o Programa Universidade Cidadã que objetiva:

- A formação do indivíduo enquanto ser humano e social, a formação do cidadão, do profissional e do profissional cidadão;
- Ações juntos às comunidades de baixo poder aquisitivo, portanto comunidades que requerem potencializar sua organização política;
- Ações em parceria com lideranças e instituições das comunidades e dos movimentos sociais;
- Consolidação da organização das comunidades;
- Ações assumidas coletivamente dando a elas caráter impessoal;
- Identificação de oportunidades, demandas, necessidades e problemas comuns visando o processo de integração e de autonomia das comunidades, não se caracterizando em uma ação assistencialista;
- Construção com todos os parceiros de projetos e atividades, permitindo a imediata legitimidade das prioridades demandadas, absorvendo valores culturais próprios das comunidades;
- Diálogo aberto entre Universidade e Comunidade ao articular o saber popular e as práticas sociais das comunidades com o saber acadêmico e a prática social da vida universitária;
- Parcerias no âmbito do poder público e da sociedade civil.

VII - FINANCIAMENTO

O financiamento das metas da organização da Extensão universitária terá como fonte de recursos, os órgãos federais e estaduais de educação e as próprias universidades. O financiamento das metas relativas à articulação com a sociedade será definido a partir da realização de parcerias com órgãos e instituições ligadas às áreas e articulações políticas com agências de desenvolvimento.

VIII - AVALIAÇÃO

O Fórum proporá um sistema de avaliação das metas contidas no plano a ser desenvolvido pelas Instituições envolvidas no processo. A realização dos objetivos e metas será avaliada sistematicamente pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pelo MEC.